

# A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO RIO DE JANEIRO

*Thaiany Silva da Motta<sup>50</sup>  
Yasmin de Menezes França<sup>51</sup>*

## 1 Introdução

Este artigo decorre da participação da equipe psicossocial do Programa de Atendimento a Resgatados do Trabalho Escravo (PARTE) da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, atuante no Projeto Ação Integrada: Resgatando a Cidadania, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no estado do Rio de Janeiro, em evento do Grupo de Estudos sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GETEC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), parceria com o Projeto de Extensão “Direito e Movimentos Sociais” da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). O PARTE foi convidado em virtude da atuação na rede de combate ao trabalho escravo contemporâneo, provocando reflexões sobre o papel das organizações da sociedade civil neste fenômeno socioeconômico. Temos, assim, por objetivo a problematização acerca da inserção da sociedade civil no enfrentamento à redução do trabalhador à condição análoga à de escravo no estado do Rio de Janeiro.

Iniciaremos com uma análise geral, considerando a relevância de entender os processos inerentes à exploração do trabalho nas condições específicas do capitalismo sob hegemonia neoliberal, bem como as interações entre estado, capital e “sociedade civil”, que implicam a atuação desta última diante das expressões da chamada “questão social”<sup>52</sup>.

Primeiramente, é importante situar o trabalho análogo ao de escravo como um fenômeno social, político, cultural e econômico com aspectos espaço-temporais particulares, e que, no Brasil, remetem à sua formação

50 Assistente Social no PARTE/Cáritas-RJ. Mestra e doutora em Serviço Social pela UFRJ.

51 Psicóloga no PARTE/Cáritas-RJ. Mestra em Psicologia pela UFRJ.

52 Ver Netto (2011)

colonial-escravista e aos processos que implicaram na transição ao capitalismo de forma verticalizada e violenta. Desse modo, a perpetuação da exploração do trabalho sob formas análogas à escravidão, mesmo após a formalização da abolição desta forma de uso de mão de obra, é tão complexa como parte do processo de acumulação de capital no país, e que infere tanto sobre as dinâmicas sociojurídicas como políticas, econômicas e culturais. Podemos afirmar que há uma cultura política que tanto acomoda quanto perpetua esse tipo de violação dos direitos humanos e que, no caso brasileiro, a sociedade civil pode tanto reverberar para seu agravamento quanto para seu combate.

A atuação da sociedade civil nas políticas públicas se aprimora com a ingerência do neoliberalismo, quando estado muda sua forma de atuação e transfere parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada, incentivando a privatização das políticas públicas, a refilantropização e a focalização das políticas sociais como um todo. Não obstante, há experiências e atuações importantes desses agentes, que têm impactado na organização e realização de programas e projetos sociais, e que, no caso do Rio de Janeiro, tem possibilitado uma atuação mais sistematizada no âmbito do combate à escravidão contemporânea e no atendimento aos trabalhadores resgatados ou expostos ao risco deste tipo de violência.

Desse modo, pretendemos realizar uma análise qualitativa da experiência do Rio de Janeiro a partir do olhar interdisciplinar que vem sendo desenvolvido no âmbito do Projeto Ação Integrada, da interlocução com o trabalho em rede, e da mobilização social em torno da temática.

## 2 Exploração do trabalho, estado e capitalismo na atualidade

Ao falar sobre exploração do trabalho no modo de produção capitalista, é importante estabelecer as conexões que implicam as dinâmicas espaço-temporais e que dão a tônica dos processos históricos correntes que perpetuam e inovam em formas de violações em relação ao trabalho. Não obstante, o modo de produção capitalista é forjado na e da exploração do trabalho, do qual se move, historicamente, reproduzindo dialeticamente velho e novo – escravidão e modernização, num cenário ficcional. Isso nos traz aos processos inerentes ao desenvolvimento capitalista no que tange à era dos monopólios (NETTO, 2011), do qual o neoliberalismo se apresenta como a forma da organização dessa sociedade na atualidade. As implicações destes estão em formas específicas e distintas na vida social que causam impactos na conjugação do mercado de trabalho, da ideologia, do estado, da política social, das instituições, ou seja, implicam nos determinantes que conformam a vida cotidiana como um todo, seja para a (re)produção material, seja espiritual, do trabalhador.

A configuração atual da natureza do estado brasileiro não chega a ser uma especificidade, à despeito das particularidades da nossa formação socioeconômica. Desde os anos 1970, o exercício imperialista tem incentivado que os estados-nação se adequem à tônica neoliberal relativa ao estado mínimo e à desregulamentação das relações trabalhistas. Decorre esse processo de uma crise de superprodução do sistema capitalista cujo fato mais notório foi a quebra do sistema financeiro global com a crise do petróleo. Crise, nesse sentido, é uma categoria essencial. Responsável pelo manejo dos sistemas jurídicos, o estado, segundo Mészáros (2015), adere às funções corretivas e de estabilização do sistema capitalista no desenvolvimento de políticas e normas jurídicas, a despeito das resistências por parte de setores da sociedade civil. O estado acabou se constituindo enquanto expressão política do capital, transformando as crises do sistema do capital em crises necessariamente político-estatais (MÈSZÁROS, 2015). Por isso, para conter as crises que se seguiram, sustentou-se uma retórica em que a única saída seria fomentar a liberdade da mercadoria, que, contudo, só poderia ser construída pela mediação estatal. A consequência foi a ampliação do domínio do sistema financeiro sobre todas as esferas da vida social, promovendo uma adesão profunda à noção de afago ao deus mercado, levando à ruptura de sistemas de proteção sociais inteiros, por consequência, o aumento da desproteção sobre os trabalhadores, da desigualdade social e de novas formas de espoliação sobre o trabalho realizadas pelo mercado, com apoio estatal.

Verifica-se uma tendência a respeito do incremento das condições para a acumulação e valorização de capital, que está associada ao aumento da camada de trabalhadores não aproveitada no processo de produção, mantendo as condições para a exploração do trabalho mediante a composição do exército industrial de reserva. Este último é oscilante e tende a ser cada vez maior, e a sofrer ainda mais os impactos do pauperismo em períodos de crise. Isso implica dizer que o capital é necessariamente “uma forma incontrolável de controle sociometabólico”, em face de sua estrutura totalizadora no conjunto das relações sociais de produção (MÈSZÁROS, 2002, p. 96). O nível de submissão de todas as esferas de reprodução da vida social impede que qualquer forma substantivamente democrática se efetive, como entende Mészáros (2002), já que a regência do deus mercado, mesmo em momentos de crise, e, sobretudo nesses momentos, impõe sua radicalidade sob a sociedade como um todo. Essa dinâmica induz à perda do controle sobre o sistema, diante da força da tal “mão invisível”.

No mote da experiência capitalista combinada entre os complexos político-econômicos relativos à financeirização e neoliberalismo, a resolução dos conflitos e o acesso a bens e serviços deve ser realizada via mercado, diante do trinômio que carregam as políticas sociais – flexibilização/precarização/

privatização (BEHRING, 2008), criando uma diferenciação de status, face à capacidade e possibilidade de cada indivíduo para a obtenção de tais bens e serviços (STREECK, 2011). Caracteriza-se, sobretudo, a distinção dos serviços desenvolvidos pelo setor público e pelo setor privado, conforme destaca Streeck (2011), atributo profundamente marcante da sociedade norte-americana, principalmente após a década de 1960, fruto da inflexão particular ao neoliberalismo que começa a se espalhar pelo mundo como conjunto de medidas políticas, sociais e ideológicas como forma de romper o ciclo de crise do sistema capitalista que segue esta década. Esgota-se, a partir deste momento, a luta das classes trabalhadoras em torno da redução da jornada de trabalho e ampliação dos direitos de cidadania, face à forte crise econômica que derrubou os níveis de emprego. A estandardização dos produtos da era fordista deu lugar a mercadorias cada vez mais diversificadas, visando atender às demandas de grupos particulares, atingindo produção e serviços (STREECK, 2011).

Por isso, não apenas enquanto proposta de política econômica, o neoliberalismo precisou tornar-se palatável e incorporável em qualquer forma de governo, mesmo na social-democracia. A ideologia neoliberal foi amplamente subjetivada e vem sendo reproduzida, indiscriminadamente, mediante a sistemática atuação da mídia na condição de quarto poder, em associação ao legislativo, ao judiciário e ao executivo. Poupar, eles dizem, cortar todos os gastos possíveis e repassar aos trabalhadores o que for passível de fomentar o sistema de valorização de capital, como saúde, educação, saneamento básico, água, habitação, entre outros. É curioso que o neoliberalismo tenha ratificado tudo o que alertou Heyek (2010) sobre a iminência da servidão.

Contudo, a sobrevida dessa racionalidade contemporânea é ainda mais violenta posto que não se espalhou como mera ideologia e novo modo de pensar o mundo. O neoliberalismo usou a violência como arma de convencimento forçado para que milhões perdessem seus direitos à pensão, atendimento à saúde e direitos trabalhistas. Desenvolveu sistemas financeiros fraudulentos inteiros, a exemplo das ditaduras latino-americanas. A justificativa massiva da busca do crescimento que tornou o neoliberalismo mais palatável – as reformas eram necessárias para garantir a retomada do emprego, foi progressivamente seduzindo e ganhando espaço eleitoral, alcançando governos democráticos como ocorreu na Inglaterra, nos Estados Unidos, e vêm ocorrendo desde então.

Destarte, diante de todos os alertas, do agravamento das contradições entre o capital e trabalho, as propostas para os 40% mais pobres permanecem subordinadas ao aprimoramento da política financeira, em vistas à eficiência diante da proeminência do setor privado. Relatório do FMI – Latin America and the Caribbean: Bouncing Back from Recession, de maio de 2017, reforça a necessidade de políticas de austeridade, exigindo o avanço de ajustes fiscais

para preservar a retomada do crescimento na região da América Latina, a despeito do aumento do desemprego, da desigualdade, da precarização das condições de vida entre os aposentados em face das [contra]reformas na previdência pública, na precarização dos sistemas de saúde e educação em virtude do orçamento regressivo. Nesse enredo, as crises acabam incorporando um papel elementar, podendo ser “administradas, orquestradas e controladas para racionalizar o sistema” (HARVEY, 2013, p. 125), criando uma pedagogia da crise, que significa a apropriação do discurso a esse respeito como justificativa para a implementação dos mais variados mecanismos de espoliação, incluindo, como destaca Harvey (2013, p. 125), os “programas de austeridade administrados pelo estado”, como os que ocorreram mais recentemente na Grécia, na França, na Alemanha, na Espanha e no Brasil, impostas pelo sistema financeiro encabeçado pelo FMI desde a crise de 2008.

### **3 A Atuação da sociedade civil no combate ao trabalho escravo contemporâneo**

O conceito de “sociedade civil” percorreu uma trajetória dinâmica desde o século XVI, quando foi originalmente concebido, a partir de referências anglo-saxãs, como equivalente ao estado, detentor de um poder antinatural racional e pacificador para contenção do estado de natureza humano que seria bárbaro, violento (FONTES, 2006). O processo colonizador e civilizatório, assim, pretendeu domesticar impulsos corporais, arrefecer as espontaneidades e dirimir o que fosse considerado selvagem. Desde então, as concepções modificaram-se substancialmente, ora pendulando para maior aproximação com o Governo, entendido como a sociedade política, ora identificando-se com interesses privados, podendo coincidir-se também com o mercado. Questionamos, contudo, esta divisão que determina qual setor é ou não é político, e caminhamos na direção que compreende a política como dimensão indissociável do ser.

Somos filhos da época  
e a época é política.  
Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas,  
são coisas políticas.  
Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.  
O que você diz tem ressonância,

o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.  
Até caminhando e cantando a canção  
você dá passos políticos  
sobre um solo político.  
Versos apolíticos também são políticos,  
e no alto a lua ilumina  
com um brilho já pouco lunar.  
Ser ou não ser, eis a questão.  
Qual questão, me dirão.  
Uma questão política (SZYMBORSKA, 2011).

Apesar do conceito em análise ter sido majoritariamente formulado em modelos teóricos europeus, Losekann e Ballestrin (2013) questionam a carga universalizante destes, e afirmam a potência das contribuições do Sul Global, mais detidamente da Índia, da América Latina e do Brasil, que trazem novas perspectivas.

Na América Latina, segundo a dupla de cientistas políticas, observa-se uma indefinição de contornos entre estado, mercado e sociedade civil, cujos modos de vinculação são heterogêneos, e onde coexistem distintos projetos políticos. Na geopolítica deste território, a democracia, com graus de intensidade mais ou menos baixos, foi reiteradamente interrompida por regimes ditatoriais. Neste cenário, “[...] o continente parecia ter produzido somente uma série de ‘ismos’ indesejáveis, fruto direto da mistura histórica entre o público e privado: coronelismo, clientelismo, mandonismo, caudilhismo, populismo” (LOSEKANN; BALLESTRIN, 2013, p. 197). As autoras destacam, contudo, a importância dos movimentos de associações civis e comunitárias na nossa região, intensificados nos contextos de redemocratização. No Brasil, com a reabertura democrática no fim do século XX, “civil” foi oposto a “militar” no senso comum, aglutinando interesses por processos mais participativos e autônomos.

Fontes (2006) separa, de um lado, a sociedade civil de base empresarial, e de outro a sociedade civil de base popular. No enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, ambas assumiram funções cruciais. No primeiro grupo estão os ruralistas, com os quais há a defesa pelo esvaziamento do conceito de “trabalho análogo ao escravo”<sup>53</sup> e pela proteção da propriedade privada. No segundo grupo há diversas organizações que, no caso do país e do estado do Rio de Janeiro, foram de enorme relevância para as causas dos trabalhadores e das trabalhadoras, tais como a Comissão Pastoral

53 Constante no artigo 149, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, fruto de importantes discussões envolvendo a prática e o estudo de diversas organizações da sociedade civil e do estado.

da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que compuseram o Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo no Norte Fluminense, criado entre 2002 e 2003 (SANTOS, 2017). Os grupos atuantes nestes movimentos realizaram denúncias, organizaram seminários e atos públicos como o “Grito dos Excluídos”. No hino produzido para o 27º Grito dos(as) Excluídos(as) (BONACINA E GRUPO MISTURA POPULAR, 2021), são explicitadas as suas bandeiras de luta: “Vida em primeiro lugar na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já”.

A região do Norte Fluminense, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes, é marcada pela ascensão dos “barões do açúcar” no século XIX, que compuseram a elite açucareira, setor associado à grande exploração da força de trabalho. Ainda hoje a localidade é conhecida pela manutenção de relações de trabalho baseadas em trocas de favores, com pouca atenção dada às garantias de direitos trabalhistas, com fortes indícios de “cerceamento simbólico” (SANTOS, 2017), ocasionando embotamento da percepção em relação aos limites entre o que é dignidade e o que é escravidão. É para enfrentar esse estado de coisas que as organizações populares buscaram novas articulações no século XX, sofrendo, contudo, ameaças e assassinato de lideranças. Com a força destes atores, esta expressão da questão social começou a ganhar alguma relevância e espaço nas agendas do Governo.

A partir da demanda da sociedade civil por novas estratégias de combate, então, foi criado o Decreto nº 42.542, de 30 de junho de 2010, que instituiu a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE-RJ), com participação paritária de membros do estado e da sociedade civil. Hoje há um movimento de aglutinação, no âmbito da Secretaria de estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, com o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP-RJ), instituído pelo Decreto nº 43.280, de 9 de novembro de 2011, visto o processo de aproximação das duas pautas. Fizeram e/ou fazem parte destes grupos entidades não governamentais atuantes com mulheres, trabalhadoras do sexo, trabalhadores rurais, migrantes e profissionais da educação, entre outras ligadas à temática dos direitos humanos.

Especificamente direcionado ao tema, foi criado o Programa de Aendimento a Resgatados de Trabalho Escravo na Cáritas/RJ em 2014, a partir da institucionalização do Projeto Ação Integrada pelo MPT um ano antes. O Projeto Ação Integrada (<http://www.acaointegrada.org/>) foi implementado inicialmente em 2009 no estado do Mato Grosso, por iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, com apoio do MPT e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, desde então, outras disposições pelo país foram surgindo. No estado do Rio de Janeiro, foi replicado por iniciativa do MPT, com semelhanças e diferenças em relação às primeiras propostas, recebendo o nome adicional: Resgatando a Cidadania. Unindo

esforços intersetoriais para a quebra do ciclo do trabalho escravo, e com participação da sociedade civil, tem como objetivo o atendimento psicossocial continuado desde a retirada dos(as) trabalhadores(as) da situação de violação, com acolhimento inicial e análise das demandas emergenciais. O seguimento do cuidado inclui o acesso às políticas públicas, a promoção da cidadania, e o incentivo à elevação educacional com qualificação profissional. Nas palavras do ilustre abolicionista Luiz Gama (2021, p. 410), símbolo da luta contra a escravidão no Brasil: “sendo a escravidão um fato contrário à natureza, a liberdade uma vez adquirida nunca mais deve perder-se”.

No Rio de Janeiro, desde 2019 o Projeto Ação Integrada vem expandindo seu escopo para uma atuação comunitária comprometida com a prevenção. Cientes da sobreposição de opressões de classe, raça e gênero que expõem alguns grupos sociais ao maior risco de superexploração laboral, vem atuando, por exemplo, conjuntamente com comunidades quilombolas e trabalhadoras domésticas em diversos municípios. Assim, costuraram-se variadas parcerias, incluindo-se com atividades extensionistas vinculadas às universidades, relacionadas, entre outros, à agricultura familiar, ao acesso à terra e aos direitos sociais do trabalho, com atenção especial à interseccionalidade, à interculturalidade e à participação popular.

Os esforços vêm sendo direcionados a partir de diálogos constantes com mediadoras das comunidades, com escuta às demandas coletivas e singulares das pessoas. Profissionais do Projeto também são presenças ativas no colegiado do par CETP-RJ e COETRAE-RJ, compartilhando da finalidade de elaborar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo no âmbito estadual.

Para além de iniciativas admiráveis em rede, por meio de representantes da sociedade civil e do poder público, com ponto focal no Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (NETPTE), os desafios são bastante expressivos. Um importante óbice para a implementação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Rio de Janeiro (Decreto Estadual nº 43.936, de 13 de novembro de 2012) é a dificuldade de consolidação da política pública de estado, por meio da qual garantir-se-ia a continuidade programática, idealmente com a inserção de profissionais por meio de concurso público. A falta de recursos públicos destinados à execução do Plano, dada a não inclusão do mesmo no plano orçamentário do estado, ainda é uma realidade, como apontou Rocha (2013), principalmente diante do avanço das práticas neoliberais em todo o país. Na atual crise financeira do estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisado por Souza (2019), soma-se ainda a perda dos *royalties* do petróleo, as concessões de isenção fiscal, e os esquemas de corrupção e desvio de dinheiro.

## 4 Considerações finais

Realizar uma análise da conjuntura socioeconômica na qual se insere a política de combate escravo contemporâneo é fundamental, e nos permite avaliar estratégias que ultrapassem e reúnam forças na superação dos desafios impostos na contemporaneidade. Primeiramente, é fundamental compreender que a superexploração do trabalho aparece como fenômeno social inerente às contradições provenientes da sociedade capitalista, portanto, como uma expressão da chamada questão social, e que há uma série de camadas de sobreposições de violações que supõem as violências que dela decorrem. Portanto, os esforços no combate a esta violação dos direitos humanos devem conjugar os diversos atores sociais que compõem o tecido da rede das esferas público-privadas, do qual a sociedade civil pode ser um ator relevante.

No caso do estado do Rio de Janeiro, esta atuação tem-se pautado pela perspectiva do trabalho em rede, com a atuação da equipe psicossocial de modo que o trabalho interdisciplinar seja valorizado e qualificado, articulando teoria e prática no exercício profissional. É com essa rede que é possível contar na construção de estratégias para a quebra do ciclo do trabalho escravo contemporâneo. Ainda assim, entendemos que há ainda muitos avanços no que tange ao trabalho em tese, sobretudo no que diz respeito ao incentivo aos processos de participação popular e no fortalecimento do conjunto de políticas sociais e públicas que atendam às demandas das populações e indivíduos expostos ao risco do trabalho análogo ao de escravo.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. Editora Afiliada. 2. ed. São Paulo, 2008

BONACINA, J.; GRUPO MISTURA POPULAR. 27º Grito dos(as) excluídos(as). In: GRITO dos Excluídos. 2021. (3m23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b8tdryuh0g0>. Acesso em: 26 maio 2021.

FMI. *Latin America and the Caribbean: Bouncing Back from Recession*, 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>. Acesso em: maio 2018.

FONTES, V. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GAMA, L. *Democracia*. São Paulo: EdLab Press: Editora Eirele, 2021.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 7. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Ordem Livre, 2010.

LOSEKANN, C.; BALLESTRIN, L. *A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global*. Colombia Internacional, 2013, n. 78.

MÉSÀROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. Tradução Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSÀROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

ROCHA, G. *Desafios da proteção social para trabalhadores escravizados no Brasil contemporâneo*. Orientador: André Augusto Pereira Brandão. Tese

(Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2013.

SANTOS, A. B. B. *Trabalho escravo no norte fluminense: os desafios para promover a extinção*. Orientadora: Daniele Gabrich Gueiros. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, 2017.

SOUZA, L. L. *O trabalho escravo contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre as causas e as atuais políticas de enfrentamento*. Orientador: Ricardo Rezende Figueira. Coorientadora: Marcela Soares Silva. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2019.

STREEK, W. *Los Ciudadanos Como Clientes*. Madrid: New Left Review, 68, 2011.

SZYMBORSKA, W. *Poemas*. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.